



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.727	4.124	2.153
Impostos e contribuições sociais	5	167	840	3.647
Despesas pagas antecipadamente		590	2	
Outros créditos	8	2.718	277	367
		27.202	5.243	6.167
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	5	35.862	13.773	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.849		
Cauções e depósitos vinculados		7		
Despesas pagas antecipadamente		276		
		39.994	13.773	-
Imobilizado	9	939.068	456.264	100.783
Intangível	10	48.910	49.250	47.058
		987.978	505.514	147.841

Total do ativo

1.055.174 524.530 154.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Custo de operação			
Pessoal		(1.213)	(3.064)
Materiais e serviços de terceiros		(469)	(2.011)
Outros custos de operação	17	(464)	(467)
		(2.146)	(5.542)
Lucro bruto			
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(4.930)	
Outras despesas e receitas operacionais		1.595	392
	17	(3.335)	392
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras		1.564	
Despesas financeiras		(250)	(1.052)
	18	1.314	(1.052)
Resultado financeiro			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes		6.018	(2.169)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.018	(2.169)
	19	6.018	(8.371)
Resultado líquido do exercício			
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)	20	0,00724	(0,03274)
ON		0,00062	(0,00280)
PN		0,00062	(0,00280)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		0,00724	(0,03274)
ON		0,00062	(0,00280)
PN		0,00062	(0,00280)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2013 e 2012.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	487.518	357.009
Outras receitas	458.493	337.412
	29.025	19.597
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(454.726)	(334.890)
Materiais	(190.670)	(42.066)
Serviços de terceiros	(233.618)	(272.185)
Outros custos operacionais	(30.438)	(20.639)
Valor adicionado bruto	32.792	22.119
Valor adicionado líquido produzido	32.792	22.119
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.353	
Valor adicionado total a distribuir	34.145	22.119
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.605	5.519
Benefícios	971	643
FGTS	535	343
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(4.587)	3.245
Estaduais	220	91
Municipais	21	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	26.942	20.257
Alugueis	587	392
	32.294	30.490
Lucro retido/Prejuízo do exercício	1.851	(8.371)
	34.145	22.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da Companhia Energética do Jari - CEJA (CEJA), Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, que tem por objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari) e comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam no todo ou em parte ser vinculada ao seu propósito específico.

Em 15 de junho de 2011, a CEJA iniciou o processo de aquisição da totalidade das ações da ECE, Companhia que pertencia aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuía os direitos de exploração da UHE Jari, na divisa dos Estados do Pará e Amapá. Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Jari.

A participação remanescente de 10% no Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tinha direito de venda conjunta da sua participação à atual CEJA, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011, sendo concluída a aquisição em 23 de dezembro de 2011.

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	11	36.402	7.217	1.570
Impostos e contribuições sociais	5	1.743	2.021	104
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	4.164	296	
Obrigações estimadas com pessoal	14	1.811	1.180	13
Provisões	15	2.473	3.324	15.300
Outras contas a pagar	8	205	130	18
		46.798	14.168	17.005
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6		2.169	
Empréstimos e financiamentos	12	539.555	298.540	55.038
Partes relacionadas	7	16	28	5.605
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	106.129	95.000	29.000
Uso do bem público	13	8.148	9.067	8.011
Provisões	15	351	3.605	7.325
Outras contas a pagar	8	2		
		654.201	408.409	104.979
Patrimônio Líquido				
Capital social	16.1	361.647	111.276	32.976
Prejuízos acumulados		(7.472)	(9.323)	(952)
		354.175	101.953	32.024
Total do passivo e patrimônio líquido		1.055.174	524.530	154.008

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011			
Aumento de capital - AGE 30/04/2012	32.976	(952)	32.024
Aumento de capital - AGE 19/10/2012	29.000		29.000
Prejuízo do exercício	49.300		49.300
		(8.371)	(8.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	111.276	(9.323)	101.953
Aumento de capital - AGE 19/10/2012	250.371		250.371
Lucro líquido do exercício		1.851	1.851
Saldo em 31 de dezembro de 2013	361.647	(7.472)	354.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.167)	(6.202)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2.013	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(20)	13
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	149	635
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	10	8
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	(1.809)	(82)
	(3.824)	(5.628)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(22.853)	(13.773)
Cauções e depósitos vinculados	(7)	
Despesas pagas antecipadamente	(864)	(2)
Outros ativos operacionais	(2.441)	90
	(26.165)	(13.685)

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	29.185	5.647
Outros tributos e contribuições sociais	1.196	4.716
Obrigações estimadas com pessoal	631	1.167
Provisões	(1.827)	(6.623)
Uso do bem público	(919)	
Outros passivos operacionais	75	112
	28.341	5.019

Caixa aplicado nas atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos (1.648) (14.294)

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento (1.695) (14.294)

Adições ao Imobilizado e Intangível (457.574) (337.412)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (457.574) (337.412)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas (10) (5.577)

Adiantamento para futuro aumento de capital 11.129 66.000

Aumento (redução) de capital 250.371 78.300

Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures 218.000 531.758

Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures (292.900)

Encargos de dívidas líquido de derivativos (14.278)

Contraprestação contingente (618) (9.626)

Caixa líquido proveniente das atividades financiamento 478.872 353.677

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 19.603 1.971

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 23.727 4.124

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 4.124 2.153

19.603 1.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, por meio do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 MWm para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190 MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2044. Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia vendeu no leilão A-5, a energia adicional da UHE Jari. A energia vendida foi 20,9 MWm. A venda dessa energia não acarretou em investimento adicional ao projeto.

Em 3 de junho de 2011 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Instalação - LI nº 798, que autoriza a Companhia à executar as obras de construção da UHE Jari, localizado no rio Jari, entre os municípios de Almerim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LI é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de expirada a sua vigência.

A energia elétrica a ser gerada pela UHE Jari será utilizada e comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$574, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 13).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

c) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

d) Intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos no desenvolvimento de projetos, o direito de concessão - outros e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e avaliados anualmente para fins de imparidade.

A amortização do direito de concessão - outros é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização ocorrerá quando a usina entrar em operação.

- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. O registro desta obrigação ocorreu na data da Licença de Instalação, a valor presente, e em contrapartida do ativo intangível. A amortização ocorrerá pelo prazo da concessão a partir da data de entrada em operação da UHE.

- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização dos demais itens do ativo intangível é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças Ambientais (Notas 9 e 15)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i) Contraprestação contingente (Nota 15.2)

São passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios que são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 15)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 19)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

m) Uso do bem público - UBP (Nota 13)

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão, calculados até o final do contrato de concessão, atualizado pelo IGP-M e reconhecido a valor presente pela taxa implícita no respectivo contrato.

n) Capital social (Nota 16)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, exceto aquelas vinculadas a construção da usina que são capitalizáveis ao ativo imobilizado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente, exceto aquelas vinculadas a construção da usina que são capitalizáveis ao ativo imobilizado.

p) Resultado por ação (Nota 20)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

q) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item s); recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 2.2 item m); a licenças ambientais (nota 2.2 item e); e contraprestação contingente (nota 2.2 item j).

r) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

s) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou goodwill, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrado em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.**CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

2.4 Reclassificações dos exercícios anteriores

Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Companhia incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, conforme descrito abaixo:

(a) Mudança de prática

A Administração da Companhia identificou mudanças de práticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2012 e 2011 em função da revisão de critérios para contabilização do UBP. A Companhia considera o momento da obtenção da Licença de Instalação - LI para efetuar o reconhecimento do UBP, pois é o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio. O registro do UBP ocorria na entrada em operação das usinas de geração, por meio da Licença de Operação - LO, momento em que o empreendimento está autorizado a produzir energia elétrica. No entanto, em análise ao OCPC 05 e a prática do segmento de energia elétrica no Brasil, a partir de 2013, efetuamos uma mudança nas nossas práticas contábeis em utilizar a obtenção da LI para a contabilização do UBP.

	Saldo em 31/12/2012	Adição		Saldo em 31/12/2013
5 Impostos e contribuições sociais				
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social PIS e COFINS	13.773	22.089		35.862
IRRF sobre aplicações financeiras	-	120		120
ISS	840	644		-
Total	14.613	22.853		36.029
Circulante	840			167
Não circulante	13.773			35.862
	14.613			36.029
Passivo - a recolher				
ICMS sobre diferencial de alíquota	571	10.703	(10.195)	1.079
ISS	979	4.711	(3.906)	302
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	117	1.159	(1.262)	14
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	92	397	(459)	30
Outros	262	2.767	(2.719)	318
Total	2.021	19.737	10	1.743
Circulante	2.021		10	1.743
	2.021		(18.541)	1.743

5.2 PIS e COFINS

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado para a construção da UHE Jari.

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2013		31/12/2012		2013	
	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias - RTT						
Gastos Pré-Operacionais	2.830	1.019	3.849	-	3.849	
Imobilizado em serviços - Intangíveis	-	-	-	3.700	3.700	(3.700)
Licenças ambientais - CPC 25	-	-	-	(1.531)	(1.531)	1.531
Total diferenças temporárias - RTT	2.830	1.019	3.849	2.169	6.018	(2.169)
Total Passivos Diferidos	2.830	1.019	3.849	2.169		
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					6.018	(2.169)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrado em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$6.018.

6.2 Resultados tributáveis futuros

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante entre os exercícios de 2022 e 2023.

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
				31/12/2013	31/12/2012	2013	2012
Partes relacionadas							
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011 a 31/12/2014		16	15	(191)	(165)
Compartilhamento de gastos com pessoal	CEJA	31/12/2012			8		
Compartilhamento de gastos com pessoal	Energest	30/09/12			5		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	CEJA	01/06/12	Indeterminado	106.129	95.000		
				106.145	95.028	(191)	(165)
Total				106.145	95.028	(191)	(165)

2.4.1 Balanço Patrimonial

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$9.067 (R\$8.011 em 31 de dezembro de 2011) referente ao pagamento do UBP nas rubricas de Intangível e Uso do bem público no Passivo não circulante.

2.4.2 Demonstração do fluxo de caixa

A natureza das reclassificações são: (i) redução no valor de R\$78.300 na rubrica de Adiantamento para futuro aumento de capital para a rubrica de Aumento (redução) de capital afetando o grupo Atividades de financiamento; (ii) redução na rubrica de Outros tributos e contribuições sociais no valor de R\$8 para a rubrica Impostos e contribuições sociais - atualização monetária.

3 Evento significativos no exercício**3.1 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13**

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	3.575	4.124
Aplicações financeiras - renda fixa	20.152	
Total	23.727	4.124

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam de 93,0% a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.3.

7.1 Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, Enerprev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

7.2 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	95.000
AFAC - CEJA x ECE	261.500
Integralização de capital - AGE 19/10/2012	(250.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	106.129

7.3 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela CEJA que é sua controladora direta e a EDP - Energias do Brasil que é sua Controladora final.

A EDP - Energias do Brasil é controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

7.4 Remuneração dos administradores**7.4.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria**

A Companhia possui 3 posições no Conselho de Administração, porém, nenhum membro é remunerado. Segue abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração

Não se Aplica

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

7.4.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pago pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$).

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2 (*)
Remuneração fixa	1.054.257
Salário ou pró-labore	823.638
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a
Encargos sociais	230.619
Valor Total da remuneração, por órgão	1.054.257
(*) Das 3 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$1.300.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.	
(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.	
7.4.3 Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R\$).	Diretoria Estatutária
Número de membros	2
Valor da maior remuneração individual	671.100
Valor da menor remuneração individual	383.160
Valor médio da remuneração individual	527.124

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não Circulante
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013
Outros créditos - Ativo			
Adiantamentos a empregados	12	1	
Adiantamentos a fornecedores	15		
Serviços em curso	2.615	200	
Desativações e alienações em curso	76	76	
Total	2.718	277	-
Outras contas a pagar - Passivo			
Folha de pagamento	202	125	
Outras	3	5	2
Total	205	130	2

9 Imobilizado

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo Histórico		Custo Histórico	
Imobilizado em curso				
Geração				
Terrenos	90.177		42.916	
Edificações, obras civis e benfeitorias	422.698		218.524	
Reservas, barragens e adutoras	81.093		36.449	
Máquinas e equipamentos	147.685		8.185	
Adiantamento a Fornecedor	176.610		129.731	
Outros	20.805		20.459	
Total do imobilizado em curso	939.068		456.264	
Total imobilizado	939.068		456.264	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012		Juros capitalizados	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2013
	Ingressos		Baixas		
Imobilizado em curso					
Terrenos	42.916	47.260		1	90.177
Edificações, obras civis e benfeitorias	218.524	172.227	26.903	5.046	422.700
Reservas, barragens e adutoras	36.449	44.856		(212)	81.093
Máquinas e equipamentos	8.185	191.424		(51.925)	147.684
Adiantamento a Fornecedor	129.731			46.878	176.609
Outros	20.459	2.147		(1.801)	20.805
Total do Imobilizado em curso	456.264	457.914	26.903	(2.013)	939.068
Total do imobilizado	456.264	457.914	26.903	(2.013)	939.068

9.1 Ingressos

Construção UHE Jari

A Companhia celebrou um contrato de *Engineering Procurement and Construction - EPC* na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Koblitz S.A. para a construção da UHE Jari.

A construção da UHE Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Irapuru.

Os ingressos no imobilizado em curso referem-se a construção da UHE Jari, sendo eles, principalmente, relacionados a Barragens de R\$44.856, Edificações de R\$204.175 e Máquinas e Equipamentos de R\$139.500. O investimento total previsto para o projeto está entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões.

10 Intangível

	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo Histórico		Custo Histórico	Reclassificado
Intangível em serviço				
Geração				
Direito de concessão - Outros		39.028		39.028
Total do Intangível em Serviço		39.028		39.028
Intangível em curso				
Geração		9.882		10.222
Total do Intangível em Curso		9.882		10.222
Total do intangível		48.910		49.250

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012		Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2013
	Ingressos			
Intangível em serviço				
Direito de concessão - Outros		39.028		39.028
Intangível em curso				
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		9.067	(919)	8.148
Outros Intangíveis em curso		1.155	579	1.734
Total do intangível		49.250	(919)	48.910

10.1 Direito de Concessão - Outros

Em 20 de dezembro de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, anuiu a transferência da participação de 10% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia.

Em 23 de dezembro de 2011, data da transferência, foram reconhecidos R\$26.919, referente o percentual de 10%, e R\$12.109 referente a contraprestação contingente. Os valores na data da transferência encontravam-se atualizados de acordo com as cláusulas contratuais, sendo 50% da variação da taxa DI e 50% da variação do IPCA.

10.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Foi constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e será amortizado pelo prazo restante do contrato de concessão a partir da entrada em operação da usina. (Nota 13)

11 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Materiais e serviços	36.402	7.217
Total	36.402	7.217

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2013			31/12/2012		
										Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
										Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Moeda nacional															
BNDES Participações	ECE	736.807	13/12/2012	518.000	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.	1,86% acima da TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	4.164	540.878	545.042	296	300.000	300.296
(-) BNDES - Custos de Transação	ECE Participações	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação		(1.323)	(1.323)		(1.460)	(1.460)
Total										4.164	539.555	543.719	296	298.540	298.836

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide nota 22.2.

12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2012		Juros provisionados	Juros integralizados	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
	Ingressos				Transferências	
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos						
Juros		296	26.746	(22.878)		4.164
Custo de Transação		-			(137)	-
		296	-	(22.878)	(137)	4.164
Não circulante						
Empréstimos e Financiamentos						
Principal		300.000	218.000	22.878		540.878
Custo de Transação		(1.460)			137	(1.323)
		298.540	218.000	-	137	539.555

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda	
	Nacional	Total
Circulante		
2014	4.164	4.164
	4.164	4.164
Não circulante		
2015	19.441	19.441
2016	33.674	33.674
2017	33.683	33.683
2018	33.692	33.692
2019	33.700	33.700
2020 até 2024	168.633	168.633
2025 até 2029	168.851	168.851
2030 até 2033	47.881	47.881
	539.555	539.555
Total	543.719	543.719

13 Uso do bem público

O Uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina UHE Jari, registrou a obrigação pelo futuro pagamento do UBP, atualizado com base na variação anual do IGP-M, calculados pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), no mês base de outubro.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 10) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e, para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Os saldos estão reconhecidos ao valor presente pela taxa de 6,86%.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldos em 31/12/2012		Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2013
	Reclassificado				
Não Circulante					
Uso do Bem Público	9.067	(1.976)		1.057	8.148
	9.067	(1.976)		1.057	8.148

14 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2013		31/12/2012	
Folha de pagamento		1.566		1.143
INSS e FGTS		245		37
Total		1.811		1.180

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

15 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Licenças ambientais	2.473	897	351	3.605
Contraprestação contingente		2.427		
Total	2.473	3.324	351	3.605

15.1 Licenças Ambientais

O montante de R\$2.824 em 31 de dezembro de 2013 (R\$4.502 em 31 de dezembro de 2012), refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Imobilizado, pelas tais estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

15.2 Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra dos 10% adicionais da concessão UHE Jari, foram acordadas contraprestações contingentes com os ex-proprietários. Até 31 de dezembro de 2013 foi pago pela Companhia o montante de R\$10.244 referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

De acordo com o contrato, permanecia em aberto o montante original de R\$2.111, referentes à aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS N° 53, de 6 de julho de 2001.

Como até 31 de dezembro de 2013 o benefício fiscal do DIFAL não havia sido concedido e esta era a data limite estabelecida no contrato para que a contraprestação contingente ocorresse, foi revertido o saldo a pagar aos ex-proprietários no valor atualizado de R\$2.626 em contrapartida do resultado. Todas as demais contraprestações contingentes foram cumpridas pelos ex-proprietários, não havendo mais nenhuma obrigação por parte da Companhia com os mesmos.

15.3 Provisões cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados nas demonstrações financeiras.

15.3.1 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012	Ativo Depósito Judicial	
				31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	40	-	7	-
Total		40	-	7	-

A Companhia é parte em ação civil pública em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Belém/PA, movida pelo Ministério Público Federal, que pleiteia a nulidade do processo de licenciamento ambiental da UHE Jari, com retorno à fase de análise do EIA/RIMA. Em 17 de julho de 2013 houve decisão judicial indeferindo o pedido de liminar do Ministério Público Federal. Por sua vez, o Ministério Público Federal interpôs recurso sobre a decisão. Esta ação não possui valor estimado e em 31 de dezembro de 2013 aguarda-se o julgamento do recurso.

16 Patrimônio líquido**16.1 Capital social**

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$361.647, representado por 217.003.125 ações ordinárias e 18.545.208 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O Capital social em 31 de dezembro de 2012 era totalmente subscrito de R\$361.647, todavia, estava parcialmente integralizado, sendo o saldo integralizado de R\$111.276 e a integralizar de R\$250.371.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2013 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2012:

	31/12/2013		
	Em milhares de ações		
	Ações ON	Ações PN	Total
Companhia Energética do Jari - CEJA	217.003.125	18.545.208	235.548.333

17 Gastos operacionais

	2013			2012
	Despesas operacionais			Total
	De operação	Gerais e administrativas	Outras	
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.213	1.964	3.177	3.064
Material	155	273	428	413
Serviços de terceiros	314	2.252	2.566	1.598
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			4	-
Aluguéis e arrendamentos	276	311	587	392
Outras	188	130	(1.599)	(317)
Total	2.146	4.930	(1.595)	5.481
17.1 Outras	2.146	4.930	(1.595)	5.481

A natureza do montante registrado na coluna de Despesas Operacionais - Outras refere-se a reversão da contraprestação contingente (nota 15.2).

21.2 Classificação dos instrumentos financeiros	Nota	Categoria	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
			Níveis	Valor Justo	Valor Contábil	Reclassificado	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	3.575	4.124	3.575	4.124
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	20.152	20.152	20.152	20.152
				23.727	4.124	23.727	4.124
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	11	Outros ao custo amortizado	Nível 2	36.402	7.217	36.402	7.217
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.164	296	4.164	296
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	539.555	298.540	539.555	298.540
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	16	28	16	28
Uso do bem público	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	8.148	9.067	8.148	9.067
				588.285	315.148	588.285	315.148

21.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

(ii) Fornecedores: são compostos de valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços para a construção da UHE Jari. Pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(v) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa de 6,86%.

21.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

18 Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	696	
Variações monetárias moeda nacional	210	
Descontos obtidos	658	
	1.564	-
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(10)	(8)
Encargos de dívidas	(26.994)	(19.305)
Variações monetárias moeda nacional		(309)
Atualização monetária de licenças ambientais	(149)	(635)
(-) Juros capitalizados	26.903	19.205
	(250)	(1.052)
Total	1.314	(1.052)

19 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(4.167)	(6.202)	(4.167)	(6.202)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	1.042	1.551	375	558
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	3.383	(3.051)	1.218	(1.227)
Despesa de IRPJ e CSLL	4.425	(1.500)	1.593	(669)
Alíquota efetiva	1,06%		0,38%	

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.851	(8.371)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	235.548	235.548
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00786	(0,03554)

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 2/11 e Instrução CVM n° 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Classificação dos instrumentos financeiros	Nota	Categoria	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
			Níveis	Valor Justo	Valor Contábil	Reclassificado	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	3.575	4.124	3.575	4.124
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	20.152	20.152	20.152	20.152
				23.727	4.124	23.727	4.124
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	11	Outros ao custo amortizado	Nível 2	36.402	7.217	36.402	7.217
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.164	296	4.164	296
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	539.555	298.540	539.555	298.540
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	16	28	16	28
Uso do bem público	13	Outros ao custo amortizado	Nível 2	8.148	9.067	8.148	9.067
				588.285	315.148	588.285	315.148

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o BNDES (risco TJLP). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.4 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM n° 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.508	-	-	1.508	377	754	(377)	(754)
		1.508	-	-	1.508	377	754	(377)	(754)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(31.802)	(123.712)	(67.565)	(223.079)	(40.793)	(81.587)	40.793	81.587
		(31.802)	(123.712)	(67.565)	(223.079)	(40.793)	(81.587)	40.793	81.587

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%; TJLP entre 5,00% e 5,50%.

21.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 22.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Empréstimos, financiamentos referem-se a Juros vincendos não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 22.1.

O capital circulante líquido da Companhia que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em 31 de dezembro de 2013 em R\$19.596 (R\$8.925 em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia está construindo o projeto hidrelétrico de Santo Antônio do Jari e possui financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$736.807, do qual foi desembolsado R\$518.000, sendo a diferença a ser desembolsada conforme a evolução da construção do mencionado projeto.

21.6 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Compromissos contratuais e Garantias**22.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

ECE Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da ECE Participações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013,

	31/12/2013				
	Total	Até 1 ano	1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	6.971	6.971			
Obrigações de compra	78.715	72.441	6.274		
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	348.799	35.053	71.513	62.516	179.717
	434.485	114.465	77.787	62.516	179.717

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços responsáveis ao ativo imobilizado da Companhia.

22.2 Garantias**Tipo de garantia oferecida**

	31/12/2013	31/12/2012
Fiança Corporativa	545.042	300.296
Penhor de Ações	361.647	111.276
Seguro garantia	54.648	56.912
Penhor de Direitos	545.042	300.296

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, em sua totalidade, refere-se à Garantia de Executante Construtor da UHE Jari.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da ECE, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

23 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2013
Usinas	731.323
Responsabilidade civil	55.000
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	9.719

24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado no valor de R\$26.903, atividades essas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

25 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizada por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2013 foram de R\$33.671 (R\$17.298 até 31 de dezembro de 2012), sendo este montante capitalizado no Imobilizado no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.4, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.4 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto.

Nossa opinião não contém modificação em relação a esses outros assuntos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6